



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021

REGISTRO DE REUNIÃO

PRESENCAS	
MEMBROS EFETIVOS	Presente
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST - Coordenador do Comitê	X
Dalila Nascimento Andrade Desembargadora Presidente do TRT da 5ª Região - Representante do COLEPRECOR	X
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor - Representante da Presidência do TST	X
Fábio Massahiro Kosaka Procurador do Trabalho - Representante do MPT	X
Luiz Antônio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	X
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TST	X
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 2ª Região	X
Claudio Luidi Gaudensi Coelho Representante da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	X
Tamiride Monteiro Leite Advogada - Representante da OAB	X
Theo Lucas Borges De Lima Dias Procurador da Fazenda Nacional - Representante da AGU	
Villermundo Ribeiro Dos Santos Técnico Judiciário - Representante da Coordenadoria de Gestão Documental do CSJT	
CONVIDADOS	Presente
Christiano Guimaraes de Carvalho Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT	X
Ana Letícia Moura Vilela (representada por substituição) Chefe do Núcleo de Apoio à Governança e Gestão do CSJT	X



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021**

1. Considerações preliminares

- Para efeitos de registros, a reunião poderá ser gravada. Todavia, a gravação será utilizada apenas para registro temporário a auxílio na elaboração da Ata. Uma vez elaborada e aprovada a Ata, a gravação será apagada e quaisquer consultas posteriores aos registros da reunião deverão ser efetuadas exclusivamente por meio da Ata aprovada.

2. Pendências de Reuniões Anteriores

Ementa:

- Aprovação de Atas anteriores.

Deliberações:

- O Comitê delibera pela aprovação das atas anteriores.

Providências / Responsável / Prazo

- Não há

3. Protocolo para o Comitê CGNPJe

Ementa:

- Proponente: SETIC
- Aprovação dos procedimentos abordados no documento enviado previamente por e-mail, acerca do protocolo para o comitê CGNPJe.

Deliberações:

- O Comitê delibera pela aprovação do protocolo.

Providências / Responsável / Prazo

- Não há



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021**

4. Solicitação de convênio do Itaú Unibanco S/A e Conglomerado para captura de citações eletrônicas

Ementa:

- Proponente: **Fabiano de Abreu Pfeilsticker** - Juiz Auxiliar da Presidência do TST - Coordenador do Comitê
- Análise de solicitação apresentada pelo Itaú Unibanco S/A e Conglomerado para realização de convênio em nível nacional para captura das citações eletrônicas endereçadas ao banco e empresas do conglomerado, por meio de webservices do sistema PJe. (SGE-2502 e SGE-2444)

Deliberações:

- O Comitê delibera pela negativa à solicitação do Itaú Unibanco S/A e Conglomerado.
- Deverá ser realizado um parecer à Ministra com o intuito de informar que a matéria referente a dados abertos e proteção de dados pessoais ainda não foi apreciada pelo CNJ.

Providências / Responsável / Prazo

- Providência: Enviar parecer técnico da negativa à Presidência
- Responsável: SETIC/CTPJe
- Prazo: 11/06/2021

5. Deliberação sobre a inclusão de classes administrativas no PJe

Ementa:

- Proponente: deliberação do item 7 da 4ª Reunião CGTIC, realizada em 17/5/2021 - “O comitê não aprecia o tema e solicita que a demanda seja pautada no CGNPJe. A solicitação deverá ser encaminhada aos membros daquele comitê o mais breve possível.”
- Análise da demanda de ajustes no PJe para contemplar necessidades de sistemas administrativos, conforme demanda do MPT e do Comitê Gestor Nacional do sistema PROAD-OUV.

Deliberações:

- O MPT informa que se as classes judiciais, tais como “Precatório” e “Pedido de Intervenção”, forem utilizadas apenas no PJe, o pedido perde o objeto.
- O Comitê delibera que as classes acima mencionadas devem ser utilizadas exclusivamente no PJe.

Providências / Responsável / Prazo

- Providência: Deverá ser enviada orientação (ofício) aos Regionais com orientação acerca da deliberação.
- Responsável: SETIC/CTPJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021**

- Prazo: 11/06/2021

6. Satélite G-PREC

Ementa:

- Proponente: **Fábio Massahiro Kosaka** - Procurador do Trabalho - Representante do MPT

a) informações a respeito de cronograma de implantação do G-PREC pelos TRTs.

b) dúvidas sobre as regras de negócio identificadas nas tabelas do PJe/JT:

b.1) o Núcleo de Precatórios será um órgão julgador de 1ª Instância?

Em caso positivo, haveria incoerência com o art. 3º da Resolução CNJ nº 303/2019?

"Art. 3o É atribuição administrativa do Presidente do Tribunal, dentre outras previstas nesta Resolução:

I – aferir a regularidade formal do precatório;

II – organizar e observar a ordem de pagamento dos créditos, nos termos da Constituição Federal;

III – registrar a cessão de crédito e a penhora sobre o valor do precatório, quando comunicado sobre sua ocorrência;

IV – decidir sobre impugnação aos cálculos do precatório e sobre o pedido de sequestro, nos termos desta Resolução;

V – processar e pagar o precatório, observando a legislação pertinente e as regras estabelecidas nesta Resolução; e

VI – velar pela efetividade, moralidade, impessoalidade, publicidade e transparência dos pagamentos."

No TRT/13, o art. 4º, do Ato TRT SGP nº 47, de 29/01/2021, estabelece a prática de atos da Presidência:

"Art. 4º. A tramitação dos autos no Núcleo de Precatórios (NUPREC), inclusive os atos de competência da Presidência e do Juiz Auxiliar da Presidência, será feita no próprio processo judicial (PJe)."



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021**

c) o novo fluxo estabelecido com a implantação do G-PREC dispensou a atuação/reatuação de um processo com a classe processual PRECAT (Precatório), conforme consignado no mesmo art. 4º acima?

Deliberações:

- O MPT deverá ser informado sobre as regras negociais que serão desenvolvidas.

Providências / Responsável / Prazo

- Providências: Desenvolvimento da issue PJEKZ-48608
- Responsável: TRT08
- Prazo: versão 2.7 do PJe.

- Providências: Envio de email a todos os membros do Comitê informando se a tramitação de precatório e RPV será feita em autos apartados no segundo grau ou nos próprios autos da reclamação trabalhista, sempre no GPREC.
- Responsável: Dr. Fabiano
- Prazo: 11/06/2021

7. Requerimentos OAB-DF - dificuldades com o Shodô - PAe 500.997/2021 - SGE-2657

Ementa:

- Proponente: **Carolina da Silva Ferreira** - Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- Requerimentos da OAB-DF protocolizados no CSJT e TST a respeito das dificuldades daquela seccional em relação a essa solução (os quais devem estar devidamente juntados a processo administrativo até a reunião, inclusive para tramitação posterior, em decorrência das deliberações). O tema se relaciona a tema mencionado em reunião anterior pela representante da OAB Nacional, Drª Tamiride (PJe Office).
- Os mencionados requerimentos (ofícios) constam como anexo, na pasta desta reunião

Deliberações:

- Comitê delibera pela realização de estudos que visam permitir a utilização do JTe pelos advogados.
- O Comitê delibera que avaliem os problemas técnicos encontrados pelos advogados ao utilizar o Shodo com vistas a saná-los.

Providências / Responsável / Prazo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021**

- Providências: Elaborar resposta ao ofício recebido pela OAB-DF com a justificativa acerca dos empecilhos e limitações técnicas em utilizar o PJe Office
- Responsável: SETIC/CTPJe
- Prazo: 11/06/2021

- Providências: Encaminhar ofício ao CNJ com vistas a atualizar o assinador Pje Office
- Responsável: SETIC/CTPJe
- Prazo: 11/06/2021

- Providências: Realizar os ajustes necessários ao JTe para que seja possível o uso do aplicativo pelos advogados, após evoluções técnicas que permitam a assinatura por interface gráfica no PJe 2.
- Responsável: CNE/GNN/TRT05/CTPJe
- Prazo: versão 2.7 do PJe

8. Relação de demandas da OAB-Nacional

Ementa:

- Proponente: **Carolina da Silva Ferreira** - Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- Organização das demandas da Ordem para o Comitê.
- Pendência de reunião anterior que deve ser acompanhada pela SETIC que também deverá providenciar contato com a representante da ordem de modo a instruir os aspectos de deliberação previamente à reunião.
- Em atendimento à determinação da Secretária-Geral, o Gabinete SETIC encaminhou, em 19/5, e-mail à Drª Tamiride Monteiro Leite, representante da OAB, com a solicitação de encaminhamento de temas para análise do Comitê, antes da presente reunião, com o fito de que as demandas possam ser previamente instruídas para deliberação.

Deliberações:

-

Providências / Responsável / Prazo

- Providências: SETIC verá junto à Secretária Geral as demandas da OAB para serem deliberadas na próxima reunião.
- Responsável: SETIC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021**

9. Inclusão da AGU no Comitê Gestor Nacional do PJe

Ementa:

- Proponente: **Fabiano de Abreu Pfeilsticker** - Juiz Auxiliar da Presidência do TST - Coordenador do Comitê
- Trata-se de pedido da AGU na reunião do Comitê Gestor Nacional do PJe no CNJ. Caso aprovado, seria encaminhado um pedido do Comitê neste sentido à Ministra Presidente para apreciação.

Deliberações:

- O Comitê delibera favoravelmente pela sugestão de inclusão de representante da AGU no Comitê Gestor do Pje.

Providências / Responsável / Prazo

- Providência: Sugerir à Presidente do TST acerca da inclusão de representante da AGU no Comitê Gestor do Pje
- Responsável: SETIC

10. Webservice entre o PJe/JT (TRT) e o MPT Digital (PRT), para importação de pautas de julgamento das sessões dos Órgãos de 2º Grau

Ementa:

- Proponente: **Fábio Massahiro Kosaka** - Procurador do Trabalho - Representante do MPT
- Possibilitar que as pautas de julgamento dos órgãos de 2º Grau sejam importadas para o MPT, a fim de facilitar a preparação do ambiente para o Procurador que acompanhará a sessão (solução em produção nos TRTs 4 e 15).

Deliberações:

- Oficiar o TRT15 para que informe, de forma técnica e negocial, acerca da solução desenvolvida com vistas a analisar a viabilidade em liberá-la para toda a Justiça do Trabalho.

Providências / Responsável / Prazo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
4ª Reunião Ordinária de 24/5/2021**

- Providências: Minutar ofício ao TRT15 com vistas a obter informações técnicas e negociais acerca do funcionamento do sistema mencionado pelo MPT.
- Responsável: SETIC/CTPJe
- Prazo: 11/06/2021